INFORME

ADUFEL

SETEMBRO/86 Nº 57

Órgão Informativo da Associação dos Professores Universitários da UFMG.

PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS JÁ ESTA COM MINISTRO

Os representantes das Associações de Docentes de mais de trinta instituições do ensino superior reuniram-se nos dias 30, 31 de agosto e 1º de setembro em Brasília para finalizar o Plano de Cargos e Salários — PCS — unificado, que foi entregue, pela Andes, à Comissão Interministerial no dia seguinte ao término da reunião.

O PCS final foi redigido com base nas sugestões encaminhadas pelas Assembléias Gerais onde foi discutida a proposta elaborada pela Comissão de Carreira Unificada da Andes, instituída no V Conad e integrada por sete associações de docentes: Apubh, Apub, Adufc, Aspuv, Adusfscar, Adumrio e Adufes.

Como várias assembléias apresentaram tabelas salariais diferentes da tabela em vigor, ficou adiada por 15 dias a entrega do anexo ao PCS que contém a tabela salarial. Esse assunto ficará para discussões nas Assembléias Gerais, dentro das seguintes propostas: 1) apresentação do PCS unificado e da tabela vigente para as fundações, com tentativa de facilitar a aprovação da isonomia (estratégia proposta pelo Crub); 2) aceitação da proposta do Crub apenas em relação ao PCS e apresentação imediata de uma tabela que corresponda às expectativas atuais.

Caso seja a 2ª hipótese, duas tabelas foram apresentadas:

a) correção da tabela das fundações de acordo com a pauta de reivindicações aprovada no Congresso (20% de reposição, 8% de produtividade e 50% dedicação exclusiva);

b) nova tabela estabelecida de acordo com a nova proposta de carreira, tentando corrigir o achatamento salarial entre os níveis e classes.

Para a elaboração da tabela *b* tomou-se como ponto de partida o salário do Auxiliar 1, de acordo com a pauta de reivindicação, e a partir dele calculam-se os outros salários, acrescentando 5% a cada nível e 10% a cada classe, exceto a de Professor Titular, onde se propõe o salário correspondente ao hipotético nível 4.

Um outro ponto a ser discutido pelas Assembléias Gerais são os próximos passos do movimento, pois nos dias 13 e 14 de setembro as associações de docentes autárquicos e das fundações voltarão a Brasília para deliberar sobre o assunto.

SÃO ESSAS AS TABELAS PROPOSTAS:

TABELA DAS FUNDAÇÕES(A)

		Aplicação Índice de 38,97 sobre salário atual		Aplicação do Índice de 38,97 + reivindicação a
Titular	1	25.534,71	1	30.641,41
Adjunto	4	21.932,54	4	26.319,05
	3	21.147,95	3	25.374,54
	2	20.398,39	2	24.478,07
	1	19.661,98	1	23.594,38
Assistente	4	18.960,76	4	22.752,91
	3	18.184,13	3	21.820,96
	2	17.441,29	2	20.929,55
	1	16.728,81	1	20.074,77
Auxiliar	4	16.045,40	4	19.254,48
	3	15.281,35	3	18.337,62
	2	14.553,56	2	16.464,27
	1	13.860,62	1	16.632,71

TABELA DA NOVA PROPOSTA DE CARREIRA(B)

CLASSE/NÍVEL	SALÁRIO (Cz$)	50% DE	FATOR DE PROGRESSÃO
TITULAR	30.887,00	37.064,4	2,389
ADJUNTO 4	24.263,00	29.115,6	1,877
ADJUNTO 3	23.108,00	27.729,6	1,788
ADJUNTO 2	22.008,00	26.409,6	1,703
ADJUNTO 1	20.960,00	25.152,0	1,621
ASSISTENTE 4	19.064,00	22.864,8	1,474
ASSISTENTE 3	18.147,00	21.776,4	1,404
ASSISTENTE 2	17.283,00	20.739,6	1,337
ASSISTENTE 1	16.460,00	19.752,0	1,273
AUXILIAR 4	14.963,00	17.955,6	1,158
AUXILIAR 3	14.250,00	17.100,0	1,102
AUXILIAR 2	13.572,00	16.286,4	1,050
AUXILIAR 1	12.926,00	15.511,0	1,000

ENTIDADES UNIDAS NA RESISTÊNCIA AO MEC

Em reunião realizada no dia 28 de agosto, em Brasília, os representantes da Andes, do Crub e da Fasubra entenderam que as três entidades devem unir esforços e falar a mesma linguagem nas suas posições diante do Mec. O Crub foi enfático ao defender uma estratégia de luta comum às três entidades e propôs uma postura firme contra a retenção e manipulação de informações.

Os reitores, através de sua representação, deixaram claro que não aceitam a vinculação da isonomia salarial ao projeto de reforma administrativa — única hipótese aceita e apreciada pelo Mec — visto ser essa vinculação mais uma forma do governo adiar uma resposta definitiva e favorável aos docentes, servidores e reitores das universidades públicas do país.

O Conselho de Reitores sugeriu uma saída jurídica para a questão, visto que existe instrumento legal que define a universidade como autarquia especial. Segundo a argumentação dos representantes dos reitores, as universidades devem ter quadro de pessoal próprio e específico, e o que garante essa premissa é o Decreto-Lei 5540. A própria Consultoria Geral da República confirma esse parecer.

O Crub defende também uma proposta de carreira unificada e equiparação salarial o mais rápido possível. Para isso, entende que se deva aperfeiçoar o Plano de Cargos e Salários já aprovado para as fundações, sem alterar a tabela salarial vigente. Numa segunda etapa, reforçam os representantes dos reitores, trabalhar-se-ia no sentido de aperfeiçoar a carreira e aumentar os salários.

EXPEDIENTE

Redação:
Eneida da Costa Porfírio
Registro: 2513 — DRT-MG
Composição:
Técnica
Fotolito:
Emil
Impressão:
Gráfica do Sindicato dos Professores

APUBH Rua Carangola, 288 — sub.— solo

ANDES AVALIA SEMANA DE MOBILIZAÇÃO

A partir das informações fornecidas pelas associações de docentes, a Andes avalia como positiva a Semana Nacional de Mobilização. A paralisação marcada para o dia 27 de agosto atingiu cerca de 25 mil docentes. Apenas não pararam as universidades federais de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, de Pernambuco e a Fluminense. Já as escolas isoladas continuaram suas atividades normais com exceção de Uberaba e Lavras que paralisaram totalmente suas atividades.

As assembléias gerais marcadas para aquele dia discutiram, conforme a programação nacional, o Plano de Cargos e Salários unificado. Uma maioria expressiva das Instituições de Ensino Superior autárquicas ou fundacionais promoveram essa discussão.

O número de docentes envolvidos diretamente nos debates sobre o Plano de Carreira, quer nas Assembléias quer nas discussões nas Unidades mostra que a classe está mobilizada quanto ao aspecto da melhoria salarial e evidencia o descontentamento com a sua atual remuneração.

Por outro lado, verifica-se que o clima de mobilização pela isonomia está longe de ser considerado eufórico.

Segundo a Andes, dois fatores influenciam a mobilização pela isonomia. Um deles é a crença por parte dos docentes na concessão da isonomia pelo governo. O outro se refere à tabela das fundações que deixaram de ser atrativas como base de reivindicação, face à defasagem salarial que já apresentam.

Para elevar a motivação dos docentes quanto à questão da isonomia a Andes alerta sobre o uso que o governo vem fazendo dessa reivindicação para introduzir modificações na estrutura da universidade pública brasileira. Outro alerta da Andes é quanto ao fato do governo não estar disposto a dar a isonomia propriamente dita e sim criar um piso salarial, permitido que as instituições de ensino superior paguem diferentemente seu pessoal, a partir de recursos próprios.

É necessário, reforça a Andes, que seja rediscutida a tabela salarial da campanha pela base do movimento dos docentes e que se defina os rumos a serem tomados pela campanha: Manutenção da tabela atual das fundações ou nova tabela isonômica para os dois.

ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 11 de setembro, 5ª feira, às 19:30 horas no Sub-solo da FAFICH
Discussão da Campanha Salarial
Todos à Assembléia!